

# **RESUMO EXECUTIVO da A T A**

## **COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO TIETÊ**

### **CBH - AT**

Aos vinte e seis de maio de 2008, às 14h, reuniram-se na sede da Secretaria de Meio Ambiente, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Auditório Augusto Ruschi, município de São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória CBH-AT, nº 09/08 – Sec. Exec./CBH-AT.

#### **A plenária do CBH-AT deliberou e encaminhou:**

O Senhor Presidente do CBH-AT Clóvis Volpi, saudando a todos deu abertura aos trabalhos e seguindo a pauta do dia, no item 2, colocou para apreciação e votação a Ata da reunião anterior, ocorrida aos trinta e um dias de março de 2008. Sadalla Domingos representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade ABES pediu esclarecimento sobre a página 4, se os três anexos seriam anexados aos projetos aprovados. Maria Emília Botelho, Secretária Executiva-Adjunta disse que já haviam sido publicados no Diário Oficial. **A Ata foi aprovada.** Pelo 3º. item de pauta, informes, Marco Antônio Palermo, Vice-Presidente informou que realizaram reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, onde o professor Hirata do Instituto Geológico da USP fez uma exposição comparando os progressos e o paralelo entre as resultantes do plano da bacia de 2002 com a versão atual, que está para ser entregue. Informou também que há ainda três vagas no sub-segmento da Sociedade Civil das Associações Técnicas Especializadas em Recursos Hídricos, para vaga de suplente, e que com apoio da Secretaria Executiva iriam publicar edital de convocação para a eleição desses membros suplentes. Cumprimentou os Vice-Presidentes no exercício da Presidência nos Subcomitês, Anselmo José de Almeida, "Nei favela" do Subcomitê Cotia Guarapiranga, Romildo de Pinho Campello na do Subcomitê do Alto Tietê Cabeceiras e Eduardo Raccioppi Vice-Presidente do Subcomitê Billings Tamanduateí. Anselmo José de Almeida, "Nei favela", representante da Federação das Favelas e Associações do Grande Estado de São Paulo, relembrou o assunto a que fez menção na última plenária,

sobre para quem seria a verdadeira suplência da entidade Mogi Lar, cujo titular José Avanito Arraes se desligou do Comitê. Pois foi entregue à Secretaria Executiva do CBH-AT um documento que solicitava a substituição da representação da Associação Paulista dos Consultores em Meio Ambiente-APCMA, cuja titularidade encontra-se em nome da senhora Roberta Garcia, para o representante suplente Senhor Horácio Pedroso Peralta do Instituto Cultural e Ambiental Alto Tietê.” Em resumo, alertou que estaria havendo uma troca de entidade e não de representante, o que considera inviável, O documento caracteriza que a entidade titular renunciou, desta forma a suplência desta entidade é quem deveria assumir. Após parabenizou também os Vice-presidentes que assumiram as respectivas presidências pelos Subcomitês e perguntou se o Senhor Presidente pretendia se licenciar do cargo de Presidente do Comitê, “para que aconteça democraticamente o que aconteceu nos outros Subcomitês.” A Secretária Executiva esclareceu ao Anselmo José de Almeida, “Nei favela”, que receberam um documento dizendo que no lugar da entidade do titular Arraes entraria a entidade FAMMESP, representada pelo Gilmar Mangueira. Em relação ao segundo ponto disse que conversou com o Peralta e reforçou que o eleito é a entidade e não a pessoa, no caso o que poderia ter ocorrido era a substituição dele pela Roberta, sendo ele o Presidente da entidade em questão, no que ele concordou que houve um erro de redação. Informou ainda a secretária que o referido ofício foi encaminhado ao Vice-Presidente, conforme os demais documentos anteriores sobre o assunto de substituição. Raimundo Barbosa de Souza, representante da entidade União das Vilas da Região do Grande Alvarenga Pró-Melhorias disse em resumo, que quando houve a eleição da Sociedade Civil pelo segmento usuários, a FAMMESP, instituição que Gilmar Mangueira representa, era a primeira suplente e quando o Arraes pediu demissão, a FAMMESP assumiu, eleita na plenária oficial de eleição do Subcomitê, não houve irregularidade, tendo inclusive registro em Ata e que contesta a legitimidade da representação da Associação dos Mutuários e afirmou “que a Sociedade Civil tem que pensar, pôr os pés no chão e se recuperar e parar com essas desavenças... “. Ao que “Nei Favela” contestou indicando outros nomes e entidades como representantes, no documento, “Raimundo Barbosa de Souza, suplente Gilmar Mangueira da Silva, Anselmo José de Almeida Federação das Favelas do Estado de São Paulo, José dos Santos Frade Associação dos Moradores Arco-íris, terceiro... José Arraes,

depois suplente do Arraes é José Francisco Veríssimo Furtado Associação da Construção Comunitária do Município União e Força.” Gilmar Mangueira, representando a entidade FAMMESP disse, em resumo, que quando foi realizada a eleição da Sociedade Civil Organizada, ficou acordado que o indicado Titular seria o Arraes por representar muito bem a posição da Sociedade Civil, dos usuários domésticos, e em apoio retiraria os seus próprios nomes: Raimundo, Luis de Deus e eu. No documento oficial, como primeiro suplente, ficou o Gilmar Mangueira, a segunda suplência era o Francisco, e a terceira suplência seria o seu indicado pelo acordo firmado no Subcomitê Billings. O Presidente disse que concordava que o primeiro suplente era o Gilmar, José dos Santos Fraga o segundo suplente, Francisco Veríssimo Furtado terceiro suplente, Tércio quarto suplente e assim sucessivamente, acrescentando: “Nada mais justo então do que a deliberação da plenária passada que empossou o primeiro suplente por conta do Sr. José Avanita Arraes ter se desligado da titularidade. Subentende-se definitivamente, que embora a apresentação de algum documento traga titularidade e ao lado a suplência, não significa que um seja suplente do outro, mas sim seguindo-se a seqüência numérica da eleição enquanto representante daquela entidade.”, e com relação a seu afastamento da presidência disse que não haveria necessidade tendo em vista a consulta feita ao Tribunal Regional Eleitoral. “Nei favela” sugeriu u item de pauta para a próxima plenária, reforma estatutária eliminando o cargo de Vice-Presidente, “porque ele não existe, ele existe democraticamente em outros Subcomitês, parece que aqui não existe, então não precisamos do Vice-Presidente porque a partir do momento em que o Vice-Presidente está no colegiado e ele não tem oportunidade de assumir em uma vacância, quando há necessidade de haver uma saída, para fazer outra atividade, vamos abortar a figura do Vice-Presidente, será Presidente e Secretário Executivo.”

Ainda pelo item informes, a Secretária Executiva informou o recebimento oficial de todas as indicações dos membros para o Conselho Curador da Sociedade Civil e solicitou que o Engenheiro Jorge Rocco informasse sobre o andamento dos Projetos Aprovados com Recursos Financeiros do FEHIDRO/2008, pelo 4º. item de pauta. Jorge Rocco informou que todos projetos foram encaminhados e verificaria junto aos Agentes Técnicos para poderem agilizar os processos, principalmente os relacionados aos municípios, por conta do prazo eleitoral, e que por seu equívoco, na Deliberação 04 não foi

incluído um dos projetos selecionado, qualificado e pontuado na reunião da Câmara Técnica de planejamento e gestão-CTPG, o projeto da Cetesb de Monitoramento de Cianobactérias nas Represas, e por consequência também não fez parte da Deliberação, “no encaminhamento da proposta da minuta da Deliberação 07, da reunião que comentei da CTPG, onde temos o anexo com quatro projetos qualificados em função dos recursos disponíveis de R\$ 656.863,05 para a distribuição para esses quatro projetos ainda ficamos com saldo de R\$ 43.497,16. Também temos na realidade dois projetos que retornaram para a Secretaria Executiva, temos a informação, mas oficialmente os recursos referentes a esses dois projetos, próximo aos R\$ 87.000, ainda não oficializado a Secretaria Executiva, que deverão se somar a esse saldo positivo.” A Secretária Executiva disse que no momento certo trariam novamente o assunto para o plenário. Solicitou a seguir ao Presidente que colocasse em apreciação, a Deliberação dos quatro últimos projetos que contemplam quatro prefeituras, **o Presidente colocou em votação e foi aprovado.**

Continuando os trabalhos no 5º. Item de pauta, Posse dos novos membros da Sociedade Civil no Conselho Curador da FABHAT, Gilmar Manguera encaminhou à mesa diretora dos trabalhos o seguinte documento, lido pela Secretária Executiva: “Referente: solicitação de suspensão do ponto V da convocatória ofício CBH-AT 09/08 de 16 de maio de 2008 pelos seguintes fatos:

Senhor Presidente, na qualidade de integrante do segmento da Sociedade Civil e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê pedimos ao Sr. Presidente para expor e requerer o que se segue.

1- Em conformidade com a convocatória do CBH-AT 09/2008 de 16 de maio de 2008, solicitamos a retirada da pauta de debates de deliberação o item V da convocatória pelos seguintes fundamento :

2- Equívoco da nomenclatura de posse dos conselheiros, quando na verdade deverá ser a indicação do Comitê de integrantes da Sociedade Civil com a nomeação de titulares e suplentes para o cargo de conselheiros do Conselho Curador.

3- Ausência de consenso entre os integrantes da Sociedade Civil na condução do processo eleitoral e conflito na condução do processo de indicação dos representantes pelos seguintes motivos :

3.1- Manifesta arbitrariedade na condução do processo eleitoral pelo impedimento de participação dos suplentes que integram o Comitê, nessa reunião, em votar a ser votado pelo segmento Sociedade Civil.

3.2 - Manifesta arbitrariedade na condução do processo de indicação dos representantes da Sociedade Civil pelo impedimento de participação dos membros da Sociedade Civil que não são integrantes do Comitê e que foram impedidos de se cadastrarem em um processo de indicação, representando a Sociedade Civil.

3.3- Ausência de redação específica da lei 10.020/1998 para representantes do segmento da Sociedade Civil como integrantes titulares do Comitê permitindo que os representantes a serem indicados sejam integrantes ou não do Comitê.

3.4- Ausência de convocação do segmento da Sociedade Civil cadastrada no Comitê do Alto Tietê para participação na indicação de representantes do Comitê.

4- Pedido de indicação dos representantes do Comitê de bacia não integrantes do segmento da Sociedade Civil como árbitro na condução de novo processo eleitoral representando a Sociedade Civil.

5- Convocação de representantes cadastrados do segmento da Sociedade Civil no Comitê do Alto Tietê para participação no processo de eleição representando a Sociedade Civil.

6- A título de informação segue anexo ao presente as análises apresentadas pelo Tribunal de contas do Estado de São Paulo-TCE em auditoria realizada na FABH-AT referentes ao exercício 2003, 2004, 2005 e 2006.

Aproveitamos o ensejo para manifestar os votos de estima e consideração.”

O Presidente perguntou se no documento, por não ter assinaturas, deveria entender que os nomes subscritos indicavam que as entidades estavam subscrevendo, ao que Gilmar disse que sim, conforme consignado: Bonfílio Alves Ferreira do Instituto de Pesquisa Ecológica Humana, Nelson Reis Claudino Pedroso da Associação Global de Desenvolvimento Sustentável-AGDS, José Roberto Terassi-ACISE, e Eduardo Coutinho de Paula - Rede de Cooperação para Sustentabilidade-Catalisa, Edmundo Picasso Prado e Gilmar Altamirano da Universidade da Água, Gilmar Manguieira da Silva FAMMESP, Horácio Pedro Peralta APCMA e José Avanito Arraes-ICAAT.

Na participação democrática da plenária houveram vários pronunciamentos referente à eleição do segmento Sociedade Civil Organizada para os membros Conselheiros Curadores da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABH-AT, que se encontram integralmente descritos na Ata completa. Resumidamente

registramos as manifestações do Nei Favela, sobre a lisura do processo e sugerindo que quem tem dúvidas ainda conduzam essa situação para o processo judicial. Romildo de Pinho Campello representando a AVEPEMA citou equívocos de conceito no documento apresentado. Durante o processo de cadastramento dos titulares foram eleitas as entidades, eleitos os suplentes, esses titulares tomam as decisões e na ausência os suplentes assumem. Nós tivemos uma reunião de eleição dentro de um processo democrático. Houve dúvidas na plenária passada, concordamos em fazer uma nova eleição, utilizando os meios de divulgação necessária. Novamente o resultado contemplou os mesmos já eleitos anteriormente. Tem mais um equívoco nesta carta, não existe suplência no Conselho Curador da FABHAT, o Conselho Curador elege titulares, não tem a figura dos suplentes do nosso estatuto, e a discussão que está se pedindo é que os suplentes votem, em desrespeito ao nosso processo de democracia representativa. Mais uma observação final, nós temos que ter o respeito por esse sistema, respeito pela democracia...”. Miron Rodrigues da Cunha, Diretor-Presidente da FABHAT disse que já estava à disposição de todos para consulta na FABHAT a manifestação do Tribunal de Contas sobre as contas da Agência da Bacia. O Presidente Clóvis Volpi, achou que para empossar os novos membros da Sociedade Civil no Conselho Curador da FABHAT seria necessário ouvir todas as manifestações, passando a palavra ao Dr. Adriano de Almada Messias representante da OAB, que esteve presente na referida eleição e disse que não viu ilegalidade nenhuma, e sim que via nulidade na carta entregue, porque não tinha assinatura nenhuma e não sabia se os membros que estavam inscritos concordavam com o que foi escrito, simplesmente o nome deles não queria dizer nada. Do resto achou perfeita a eleição e que é preciso discutir mais sobre água e dar continuidade aos projetos. Gilmar Manguiera disse que sempre tentou a conciliação de forma responsável com relação ao sistema e que, “A lei esta aqui, ela é clara, é omissa, então temos que reformulá-la e nós temos essa oportunidade, por que não fazemos? Senhor Presidente, estava propondo, não só eu mas todas as entidades que escreveram esse documento, que tivéssemos a oportunidade, a última, de fazermos uma composição das pessoas, as cabeças pensantes, que estão aqui, e que dizem defender o sistema, mas infelizmente não foi isso o que ouvi desde o início, então quero dizer a todos representantes da Sociedade Civil, dos municípios e do Estado, nós também queremos

que o sistema funcione, mas precisa haver transparência, que a lei seja cumprida, se existe omissão não é da Sociedade Civil, e espero que a partir de agora sirva de exemplo o que está acontecendo hoje aqui, e quando apresentamos os documentos do tribunal de contas sobre a prestação de contas da FABHAT, é porque tive acesso a esses documentos e fiquei estarrecido com algumas coisas que li, espero que cada um de vocês aqui, representantes do Estado, municípios e representantes da Sociedade Civil leiam com atenção porque não é dinheiro só meu, é dinheiro de cada um de vocês, e quando mexemos com recursos que não são nossos, temos que ter responsabilidade, e por duas ocasiões, para aprovação das contas da Agência eu vi pessoas de bom senso que não concordavam com alguma coisa que estava colocada ali na aprovação. Agora quero que essas pessoas leiam esses documentos e depois dêem seu parecer com relação às contas da Fundação e vejam para que lado estou querendo ir, se é o lado da responsabilidade, ética, respeito aos recursos que não são nossos é de toda a comunidade.” Nelson Pedroso representante do segmento Sociedade Civil organizada entidade AGDS expressou-se dessa forma, “...muitos dos prejudicados lógico que por sua vez procuram a lei, para fazer valer de repente a constituição, a democracia. Eu lembro que muitas vezes, ainda sou conselheiro curador e faço questão de não ser mais conselheiro nessa próxima fase do Conselho curador, justamente porque nas eleições antigas dessa instância o suplente se candidatava e teve a entidade fora do sistema que se candidatou e foi titular, que é o caso da Bio-Bras representada pelo Romildinho que também vai ter a vez da palavra. O que estamos querendo ver na verdade com isso é que temos que ter uma regra única. O que está em jogo aqui é que no dia do processo eleitoral, juntando-se com os suplentes a contabilidade seria outra, completamente diferente. Mas não é por isso, não é por uma questão de números que estamos aqui conversando, estamos falando de processos. O que pegou naquele dia foi de fato uma condução mal feita, uma falta de responsabilidade perante o que diz a 10.020, o próprio estatuto do Comitê, que dá acesso aos suplentes para serem candidatos e até com direito a voto do próprio Conselho Curador e acabou não sendo respeitado, acho que na verdade em resumo é isso.” O Professor Pedro Roberto Jacobi, representante do segmento Sociedade Civil Organizada entidade USP disse, “Queria reforçar que o que aconteceu no segundo processo eleitoral correu de acordo com as premissas que norteiam um processo de democracia

representativa. Os candidatos foram indicados e votados. Se houve equívocos anteriores, e nesse momento estão verificando de alguma maneira, se entendeu que quem vota nesse processo representando instituições onde há titulares e suplentes, tem que ser os titulares, ou seja foi um rito absolutamente normal, coerente, com um processo dentro da lógica da democracia representativa, senão teríamos o congresso votando com os titulares e suplentes. Se houve desvios anteriores e foi explicitado com a argumentação de que os suplentes poderiam votar, primeiro que isso é uma aberração, efetivamente o que está colocado é que existe uma suplência se não trabalhávamos com a idéia de um colégio eleitoral onde pode votar qualquer um, onde há todo nível de manipulação possível. Considero que nesse momento temos que ser coerentes a uma preocupação, e acredito que todas as instituições que hoje estão representadas tanto no Comitê como no Conselho de colocar cada vez mais uma agenda orientada para avançar na gestão compartilhada dos recursos hídricos...”. Romildo de Pinho Campello disse, “...ainda há vagas no Conselho Fiscal a serem votadas, temos mais essa eleição do Conselho Fiscal para fazer, onde esses assuntos fiscais serão discutidos e onde qualquer um que não foi eleito no Conselho Curador poderá ser eleito, o processo democrático, tudo mais, poderá ser feito. Sr. Presidente, há mais uma dúvida de conceito, os titulares votam, porém qualquer entidade suplente, não-suplente membro do Comitê ou não pode pleitear ser membro do Conselho Curador, tanto que uma entidade, a Terra Viva, que não é mais membro desse Comitê e se candidatou e não foi eleita mas foi candidata, e teve outras entidades que não são titulares nesse Comitê que se candidataram, foi feita a inscrição, foi aceita, porém eles não votam.” Raimundo de Souza disse, “acabou de se confirmar aqui a irregularidade naquela eleição onde o Terra Viva não é representante neste colegiado e estava lá como candidato, então está claro. Outra coisa, dizer hoje que as entidades que estão inscritas no documento não faz parte do Comitê, Sr. Advogado, que o Sr. representa a OAB, que participa mal para caramba, o que aconteceu agora que está vindo para participar, porque fazem seis anos que estamos nessa batalha e raramente a OAB comparece e acho muito estranho, parece até que estão dando assessoria aqui só porque o rapaz é da OAB. A irregularidade está comprovada. Aquela eleição não foi eleição, uma eleição sobre murro na mesa, um desrespeito total, essa é que é a realidade e se estamos nessa situação é por causa das manobras que existem.” O Presidente disse, “A mesa



entende que o maior prejuízo que estamos tendo é para a Agência, o próprio Comitê e a Sociedade Civil, que as coisas de fato não estão andando. (...)vejam bem, se houver uma terceira disputa, tenho certeza absoluta que outras situações emergentes vão acontecer e isso é o processo natural da discussão política, democrática, interesses, seja ela qual for, sempre haverá a discordância, (...) Chegamos à conclusão de que o processo mais justo nesse momento é que se dê posse, e as questões jurídicas sejam discutidas nos tribunais. Não há necessidade da votação, simplesmente da posse, aqueles que entenderem, e aqui vai o recado, não se pode apresentar um documento desses sem ter as pessoas subscrito, e tem que ser analisado onde elas estão situadas em nosso Comitê, qualquer divergência em relação a esse documento deve ser requerido um mandado de segurança, que se for concedido, será respeitado. Com isso concluímos a questão do Conselho Curador definitivamente. Gostaria de informar ao Dr. Miron, que já mantive contato com o Tribunal de Contas que é o organismo auxiliar dos organismos legisladores, ele tem direito de fazer a análise das contas, de mandar para o plenário das casas legisladoras, para acatarem ou não o parecer dos conselheiros do Tribunal. Ainda cabem recursos dentro do Tribunal. Se os legisladores, entenderem que as ações dos tribunais devem ser aceitas, são enviadas para o Ministério Público, que vai fazer a avaliação final em termos de qualquer tipo de relatório do Tribunal de Contas. Portanto o julgamento final não será deste CBH-AT. **Assim, o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê deu posse aos membros da Sociedade Civil para o Conselho Curador da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABH-AT: Renato Augusto Abdo representando o Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, Adriano de Almada Messias-OAB, Mário Hirose- Fiesp-Ciesp, Antonio Abel Rocha da Silva-AVEPEMA, Professor Pedro Jacobi-Universidade de São Paulo e Anselmo José de Almeida-Federação das Favelas e Associação do Grande Estado de São Paulo.**

Pelo 6º. Item de pauta na indicação do novo Presidente da Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT, Eduardo Trani Coordenador da CTPG indicou em nome do segmento Estado o Engenheiro José Everaldo Vanzo, mencionando alguns pontos do currículo: Engenheiro civil da escola politécnica São Carlos-USP, formado em 1972, Bacharel em direito-1986, especialização em engenharia ambiental e saúde pública pela faculdade de saúde pública

da USP-1985, MBA entre 1999-2000 pela USP, foi professor da Universidade federal de São Carlos de 1974-77, professor-colaborador da pós-graduação em saneamento da Unicamp entre 1996-99, professor colaborador do curso de especialização em saúde pública da faculdade de saúde pública da USP 1996-2006, professor colaborador da Faap nos cursos de gerenciamento de cidades, uma série de trabalhos publicados no tema, no campo empresarial institucional teve várias atuações: IPT, ABTP, DAEE, Sócio-diretor de empresas e na empresa Sabesp 1977-2002 : Diretor do interior, em 1990, em 2002 designado Diretor do interior e do litoral e em 2004 Diretor de Engenharia de Planejamento e Tecnologia da Sabesp. Vários membros do colegiado pediram a palavra para manifestar seu apoio, como por exemplo, Bonfílio Alves Ferreira do Instituto de Pesquisa Ecológica Humana destacando que o nome do Engenheiro Vanzo representava bem a conciliação do pensamento da engenharia com o da saúde, Nelson Pedroso-AGDS destacou o cunho técnico para levar adiante a questão da cobrança pelo uso da água, Gilmar Mangueira-FAMMESP dizendo que o sistema precisa realmente de técnicos como tal currículo, Romildo de Pinho Campello-AVEPEMA dizendo que o sistema é um todo e deveriam pensar no todo, “e esse todo hoje creio que está sintetizado no nome do Dr. Vanzo”, Mário Hirose pela Fiesp-Ciesp, parabenizando pela indicação do Engenheiro Vanzo, de currículo excepcional, Prof. Pedro Jacobi destacando que o currículo alia a formação acadêmica abrangente, interdisciplinar, com a experiência de trabalho na gestão pública combinada com a prática acadêmica, Raimundo de Souza também parabenizou Eduardo Trani por apresentar o nome do Engenheiro Vanzo, e dizendo da esperança de sua comunidade, da região da Billings, que realmente os recursos da cobrança pelo uso da água venham a ser investidos na área de saneamento e finalmente Miron Rodrigues da Cunha externou seu apoio ao Dr. Vanzo pelas suas qualidades técnicas e de ordem moral e se colocou à disposição para fazer uma transição transparente e democrática. O Presidente disse da importância da Agência da Bacia como instrumento auxiliar do Comitê, e que portanto deveria existir sempre um grande entendimento entre eles, “não se poderá fazer nada, nenhuma atividade, sem grande entendimento.” Lembrou dos esforços que realizou junto aos seus pares Prefeitos e nos Consórcios Intermunicipais, por compreender a importância da Agência da Bacia, conscientizando-os para aportarem recursos financeiros na Agência, mostrando também que haveria a reversão dos recursos para os

próprios municípios através de seus programas e projetos. Elogiou também respeitosamente o zelo do Senhor Miron, ex-Presidente da Agência da Bacia por sua gestão. Complementou seu pronunciamento, sugerindo solicitar ao Presidente Vanzo, que aceite o convite para participar de uma plenária no CBH-AT, para que possa de fato apresentar suas idéias e seu pensamento sobre a condução da FABHAT. É muito importante que possamos ouvi-lo para elaborarmos em conjunto os projetos futuros. Fica faltando ainda a indicação dos outros dois diretores que pelo estatuto deverão ser indicados pelo Presidente, mas proponho, desde que acordado com os demais segmentos Estado e Sociedade Civil, por indicação participativa para as vagas de Diretores, que deverão ser ocupadas por técnicos com currículos especializados nas áreas afins, para que exerçam o mandato com dignidade, seriedade e com ética em defesa dos interesses da coletividade. Como o Dr. Vanzo ainda não foi ouvido sobre esta questão, não existe nenhum compromisso nesse sentido, mas está explícito em nossas conversas, este desejo.

**” Em votação foi aprovado por unanimidade como Presidente da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABH-AT o Engenheiro José Everaldo Vanzo.”**

Cumprida a pauta dos trabalhos, o Presidente deu por encerrada a reunião.

Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva-Adjunta, coordenei a elaboração da presente Ata, que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.